

Institucionalização e contestação: as lutas do Movimento Negro no Brasil (1970-1990)

Leonardo Rafael Santos Leitão¹

Marcelo Kunrath Silva²

Resumo

A partir da análise da trajetória do Movimento Negro brasileiro na década de 1980, o presente artigo aborda como organizações e ativistas que formam o Movimento interpretaram e se apropriaram de distintas oportunidades políticas disponíveis em diferentes contextos político-institucionais. Argumenta-se que, a partir de suas capacidades, objetivos e estratégias, os atores da rede do Movimento Negro utilizaram diversos repertórios de ação na busca da transformação do quadro de profundas desigualdades raciais no país. Enfocando elementos como o tensionamento e o ativismo institucionais, sustenta-se que a identificada institucionalização de organizações e ativistas do Movimento no período pesquisado não significou necessariamente o abandono de formas de confrontação extrainstitucional. Ao contrário, a pesquisa realizada mostra complexas relações estabelecidas entre institucionalização e contestação na trajetória do Movimento Negro, que confrontam a tradicional contraposição destes dois processos na literatura de movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimento negro. Movimentos sociais. Institucionalização. Ativismo Institucional.

1 *Doutor em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: leonardorsl@uffs.edu.br.*

2 *Doutor em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mksilva@ufrgs.br.*

Introdução³

Este artigo⁴ tem como foco a análise das reconfigurações do Movimento Negro⁵ brasileiro entre as décadas de 1970 e 1990. Busca-se aqui analisar como organizações e ativistas que conformam o Movimento Negro interpretaram e agenciaram distintas oportunidades políticas disponíveis em diferentes contextos político-institucionais e, a partir de suas capacidades, objetivos e estratégias, desenvolveram ações na busca da transformação do quadro de profundas desigualdades raciais no país. Uma das características marcantes do período analisado é a abertura de diversas oportunidades de participação institucional (como conselhos, fóruns, conferências, ocupação de cargos de confiança, implementação de políticas públicas, entre outras) para ativistas e organizações de movimentos sociais (OMSs) na formulação, implementação e/ou controle de políticas públicas. Argumenta-se que tais oportunidades, intensificadas a partir dos anos 1990, vêm facilitando o acesso institucional de militantes e lideranças negras e, através da atuação destes, de suas demandas na agenda das políticas de Estado. Conforme Ubiali (2006), o Movimento Negro tem sido um dos principais atores sociais a ocupar e a transformar estes espaços participativos em locais de disputa política. Portanto, não se trata apenas da abertura de canais participativos, mas também de novas formas de relação entre Estado, OMSs e ativistas que alteram a própria configuração dos movimentos sociais e que precisam ser analisadas pelas ciências sociais.

No entanto, a perspectiva dominante na literatura de movimentos sociais no Brasil, centrada no pressuposto de que os movimentos sociais se constituíam como opositores externos aos agentes e instituições estatais, dificultou o desenvolvimento de análises que levassem em conta a complexidade das relações entre movimentos sociais e Estado, em especial no período

3 Os autores agradecem a avaliação crítica dos pareceristas anônimos, que contribuíram para a qualificação de aspectos formais e de conteúdo do artigo.

4 O presente artigo se baseia em uma análise mais ampla sobre o Movimento Negro no Brasil, a qual é desenvolvida em Leitão (2012).

5 "Movimento Negro" é um termo de autodefinição da ampla e heterogênea rede formada por organizações, grupos e indivíduos que atuam no sentido de enfrentar e transformar o quadro de profundas desigualdades raciais existentes no Brasil. Nesse sentido, o Movimento Negro não constitui uma unidade nem um "personagem" unificado, mas sim uma rede diversa e, por vezes, marcada por divergências e conflitos mais ou menos significativos entre seus membros.

pós-ditadura. A ocorrência de uma crescente inserção de militantes sociais nas estruturas estatais a partir dos anos 1980⁶, conformando uma das formas do processo denominado pela literatura como “ativismo institucional” ou *insider activism* (ABERS; TATAGIBA, 2014; BANASZAK, 2005; CAYRES, 2015; PETTINICCHIO, 2012; SANTORO; MCGUIRE, 1997)⁷, tendeu a ser interpretada como expressão direta de desvios estratégicos ou cooptação política. O ponto de vista adotado aqui visa a problematizar tal generalização, a partir do argumento de que a inserção institucional (e, a partir dela, o ativismo institucional) é um dos repertórios de ação possíveis de serem utilizados pelos movimentos sociais na busca de seus objetivos, principalmente em contextos democráticos.

A hipótese levantada é a de que, em determinados contextos político-institucionais, a possibilidade de os movimentos sociais terem suas demandas em relação ao Estado atendidas passa, ainda que não exclusivamente, por uma inserção deste. Sustenta-se que, através do ativismo institucional oportunizado por esta inserção, ativistas e OMSs adquirem acesso (variável) a recursos, espaços deliberativos e agentes dotados de poder de decisão que podem adquirir um valor estratégico para a realização de seus objetivos (conformando o mecanismo denominado por Tarrow de apropriação institucional⁸). Tal acesso se apresenta particularmente relevante para o caso de movimentos sociais constituídos por segmentos subalternos da sociedade, que se encontram em posições sociais marcadas pela precariedade de recursos e de oportunidades políticas.

Argumenta-se, então, que o confronto político pode tomar variadas expressões de acordo com as possibilidades e limites do acesso institucional estabelecidos pelo contexto político-institucional e, ainda, pelas interpretações

6 Dowbor (2012) demonstra que este processo ocorreu inclusive no período ditatorial, com muitos ativistas do movimento pela reforma sanitária ocupando posições no Estado e utilizando tais posições para defesa/promoção das demandas e propostas do movimento.

7 Santoro e McGuire (1997, p. 504) definem os ativistas institucionais como “[...] participantes de movimentos sociais que ocupam posições formais dentro do governo e perseguem os objetivos do movimento através de canais burocráticos convencionais. Ativistas institucionais são membros da polity na medida em que eles têm acesso rotineiro e de baixo custo aos decisores”.

8 Tarrow (2001, p. 15) define o mecanismo de apropriação institucional como o uso, por determinados ativistas e/ou organizações de movimentos sociais, “dos recursos ou reputação de uma instituição para servir aos seus [dos movimentos sociais] propósitos”.

que os atores envolvidos em ações conflituosas fazem do contexto no qual atuam. Em conjunturas políticas que oferecem pouca ou nenhuma oportunidade de acesso institucional aos movimentos sociais, como no auge do período ditatorial brasileiro, o confronto direto contra o Estado pode ser a única alternativa para movimentos de contestação de segmentos subalternos, como o Movimento Negro. Por outro lado, em conjunturas com maiores oportunidades de inserção política institucional, tal como observamos no Brasil nas décadas após o processo de redemocratização, as relações entre Estado e movimentos sociais tendem a se complexificar, ampliando-se o leque de repertórios de ação (contestatórios e cooperativos) e de espaços de ação (institucionais e não institucionais) passíveis de serem utilizados e combinados pelos movimentos sociais. Nestes contextos é que se mostra particularmente pertinente o argumento de Goldstone (2003, p. 9) sobre o caráter relativamente contingente das relações entre atuação institucional e não institucional das organizações de movimentos sociais:

Não há nenhuma razão para esperar que protesto e ação política convencional devam ser substituídas, com grupos abandonando o primeiro na medida em que eles se tornam capazes de usar a última. Enquanto alguns grupos podem, em diferentes momentos, ser mais “in”, no sentido de serem mais alinhados e integrados com as autoridades institucionais, enquanto outros grupos são mais “out”, não há nem uma simples divisão qualitativa nem um cruzamento “de uma vez por todas” de alguma linha separando contestadores e membros. É mais correto pensar em um continuum de alinhamento e influência, com alguns grupos tendo muito pouco acesso e influência através da política convencional, outros tendo um pouco mais e outros ainda tendo muito; mas grupos podem mover-se para cima e para baixo neste continuum muito rapidamente, dependendo das mudanças no Estado e nos alinhamentos partidários. Protestar pode, algumas vezes, ser um meio de mover-se para cima neste continuum, ou uma resposta a um movimento de descida, ou mesmo uma opção que se torna mais fácil e mais disponível quando o acesso institucional aumenta [...]. As dinâmicas do protesto, então, têm uma relação contingente e complexa com a integração dos grupos na política institucionalizada. A noção de que existem grupos “in” e grupos “out”, e que os últimos se engajam em protesto enquanto os primeiros se engajam em política, é uma caricatura com pouca relação com a realidade.

A análise desenvolvida neste artigo compartilha, assim, o argumento de Abers e Bulow (2011) de que as fronteiras entre Estado e sociedade civil não devem ser construídas de antemão, mas sim serem objeto de investigações

empíricas que deem conta da configuração maleável das redes de movimentos sociais, que, em certos contextos e condições políticas, extrapolam os limites da sociedade civil e adentram – ou infiltram, segundo Falleti (2010) – as fronteiras do Estado.

É necessário, portanto, ampliar as possibilidades de pensarmos a atuação dos movimentos sociais e suas relações com a política institucional a partir de distintos contextos. O quadro apresentado a seguir busca sintetizar algumas destas possibilidades, fornecendo recursos teóricos para identificação e análise das especificidades do objeto empírico abordado neste artigo – o Movimento Negro:

Quadro 1 – Matriz dos tipos de relação entre Estado e organizações sociais

	Institucional	Não institucional
Conflitivo	tensionamento Institucional	Confrontação
Não conflitivo	Enquadramento Institucional	Colaboração

Fonte: Elaborado pelos autores.

A matriz exposta no Quadro 1 apresenta distintas possibilidades de relação entre organizações sociais e Estado tendo como base o grau de institucionalização e de conflito dessa relação:

1) Confrontação: esse seria o tipo mais familiar à literatura tradicional acerca dos movimentos sociais, constituindo-se como a forma de relação padrão (e, dentro de um viés mais normativo, desejável) nesta literatura. A relação entre o Estado e os movimentos é conflitiva e não institucionalizada. Nesse tipo, não há espaços e canais formais de interlocução. O conflito violento, a ação direta, mobilizações de rua etc. são os principais repertórios de ação das OMSs em uma relação deste tipo.

2) Colaboração: neste tipo de relação, o conflito é baixo; e, apesar de não haver espaços institucionais formalizados de relação entre Estado e organizações sociais, existe uma colaboração entre ambos. Este tipo de relação caracteriza, por exemplo, o padrão histórico de relação das entidades assistenciais com o Estado no Brasil.

3) Enquadramento Institucional: neste tipo de relação, o conflito é praticamente inexistente; nele, as organizações sociais colaboram com o Estado por meio de espaços formais de participação, adaptando-se às oportunidades e aos limites institucionalmente estabelecidos. Uma parcela das organizações sociais incorporadas institucionalmente na implementação de políticas públicas no Brasil tende a se enquadrar neste tipo de relação.

4) Tensionamento Institucional: neste tipo de relação há espaços formais de participação nas estruturas do Estado; porém, a ação conflitiva dos ativistas e das OMSs segue existindo por dentro dos espaços institucionais e, em geral, se articula com a manutenção de repertórios de confronto extrainstitucionais.

A especificidade deste último tipo (que, ao mesmo tempo em que confronta o senso comum acadêmico na forma de abordar as relações entre movimentos sociais e Estado, parece ser o formato que desde os anos 1990 tem ganhado importância entre as OMSs no Brasil) está no fato de que o conflito permanece, apesar da inserção institucional. Neste caso, o conflito se dá por dentro das estruturas estatais, através das disputas pelos rumos das políticas de Estado, e também fora dele, no momento em que o ativismo institucional não substitui completamente a ação contestatória extrainstitucional dos movimentos sociais que, muitas vezes, mantêm os mesmos repertórios de confronto já tradicionais como marchas, protestos públicos etc.

Argumenta-se, então, que o tensionamento institucional seria o tipo de relação que crescentemente caracterizaria a trajetória do Movimento Negro no Brasil no período estudado. Buscando superar uma leitura simplista que tendeu a associar esta relação a uma “cooptação” do Movimento pelas forças políticas no governo, sustenta-se aqui que o tensionamento institucional, combinando o ativismo institucional de militantes negros com a ação contestatória extrainstitucional é fundamental para explicar, pelo menos em parte, algumas das conquistas obtidas pelo Movimento Negro em termos de políticas de igualdade racial no Brasil pós-redemocratização.

Nas últimas décadas, as políticas de Estado em relação à população negra cresceram e ganharam visibilidade nacional. O que primeiramente ocorreu em âmbitos municipais e estaduais, com a criação de espaços de participação da comunidade negra, a partir da década de 1980 foi estendido para o âmbito nacional, com a criação da Fundação Cultural Palmares (1988), do Grupo

de Trabalho Interministerial para assuntos relacionados à comunidade negra (1995) e, mais recentemente (2003), da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR). A presença de negros nestes espaços institucionais é marcante, sendo muitos deles oriundos de organizações do Movimento Negro. No entanto, o trânsito de militantes negros para os espaços institucionais e o seu ativismo nas diferentes esferas do Estado é um processo que ainda tem gerado pouco interesse nos estudiosos das relações raciais. É buscando contribuir para o preenchimento desta lacuna que se coloca o presente artigo.

Para desenvolver a análise proposta, o artigo encontra-se estruturado da seguinte forma. A primeira seção aborda a relação entre os processos de organização e mobilização social e de reestruturação partidária entre o final dos anos 1970 e a primeira metade da década de 1980, analisando a emergência da intersecção entre setores do Movimento Negro e determinados partidos políticos. A segunda seção analisa a participação de ativistas do Movimento Negro no governo de Franco Montoro (1983-1987), no estado de São Paulo, com destaque para a criação do primeiro espaço institucional dedicado às políticas para a população negra: o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. A terceira seção aprofunda o debate sobre a relação entre partidos políticos e movimentos sociais, subjacente aos eventos analisados nas seções anteriores, com destaque para a relação entre setores do Movimento Negro e o Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980. A quarta seção aborda como se articulam o ativismo institucional e contestação extrainstitucional através da análise das mobilizações contra a comemoração do centenário da abolição, em 1988. A quinta seção analisa a mobilização do Movimento Negro para participar da Assembleia Nacional Constituinte, outro processo no qual se combinaram ações institucionais e extrainstitucionais para a defesa de demandas em prol da igualdade racial. Por fim, são apresentadas as conclusões da análise realizada ao longo do artigo.

A maior parte do material empírico utilizado para a elaboração da presente análise se origina do banco de dados da pesquisa “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas. Esse banco de dados contém 110 horas de entrevistas gravadas com lideranças do Movimento Negro de diversas regiões do país e seus resultados estão publicados em Alberti e Pereira (2007).

Redemocratização e institucionalização da sociedade civil: transformações nas oportunidades políticas e nos repertórios de ação do Movimentos Negros

O período entre 1979 e 1985, anos do último governo militar brasileiro, foi marcado pelo processo de reorganização dos movimentos sociais no país. É um período da lenta redemocratização, que oportunizou condições para o ressurgimento de demandas públicas da sociedade com relação a questões como desigualdade, gênero, raça, meio ambiente, moradia, saúde, educação popular etc. Apesar de o Movimento Negro não ser resultado apenas dessa nova configuração política gerada pela redemocratização, é inegável a influência desse novo contexto na reorganização do Movimento que ocorre no final da década de 1970. Essas transformações estruturais que afetaram o Brasil e, principalmente, a menor capacidade repressiva do Regime Civil-Militar à organização dos movimentos sociais, podem ser lidas como uma mudança significativa naquilo que Tarrow conceitua como “estrutura de oportunidades políticas”: “[...] dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso” (TARROW, 2009, p. 105). Como salienta o autor, a estrutura de oportunidades políticas pode encorajar as pessoas a se engajarem em conflitos políticos ou restringir a possibilidade de que o engajamento aconteça em função do seu impacto na definição dos custos, riscos e eficácia dos processos de organização e mobilização social contestatória (TARROW, 2009). Entendemos, assim, que a redemocratização do Brasil alterou profundamente a estrutura de oportunidades políticas, o que permitiu que “novos personagens” (SADER, 1988), entre eles o Movimento Negro, emergissem e lentamente fossem tomando espaços no cenário político nacional.

Nesse mesmo contexto, o país deixou de possuir uma estrutura bipartidária e novos partidos políticos foram criados entre o período de 1978 a 1982. O debate que criou os novos partidos, principalmente os partidos de esquerda ou populares, está diretamente ligado à efervescência social que vivenciava o país. A abertura para a criação de novos partidos gerou muitas expectativas nos militantes da esquerda brasileira, muitos deles lideranças de movimentos sociais como o próprio Movimento Negro. Essa oportunidade de acesso à política partidária foi encarada por muitos ativistas e organizações sociais como

a possibilidade de disputa concreta de espaços políticos institucionalizados (prefeituras, governos estaduais e cadeiras nos legislativos municipais, estaduais e nacional).

Santos (2001), ao realizar um levantamento da presença da questão racial nos novos partidos políticos, constata que em praticamente todos os partidos a questão racial era mencionada e defendida. Todavia, é nos partidos que têm origem na oposição ao Regime Civil-Militar que o Movimento Negro obteve maiores espaços de participação política. Entre 1979 e 1980, um conjunto de parlamentares negros criou uma organização política denominada Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPO). A FRENAPO, como aponta Santos:

[...] inovava a atuação política dos negros pelo caráter declaradamente oposicionista de seus membros e pelas pessoas envolvidas que, na sua maioria, haviam tido experiência parlamentar que buscavam a ação do Movimento Negro integrada aos partidos políticos. Não tinham ainda uma política definida ou mesmo uma ideologia, pois no grupo havia comunistas, socialistas, democratas cristãos, que entendiam que o fundamental era articular os interesses ligados à comunidade negra, para encaminhar as demandas aos tomadores de decisões políticas. (SANTOS, 2001, p. 89).

A articulação entre o movimento negro e os partidos políticos ganhou força com a criação desta frente política. Surgiu um novo cenário para a luta negra, até então excluída da política institucional e com pouca capacidade de encaminhamento institucional de suas demandas.

Ainda assim, mesmo com uma pluralidade de posicionamentos políticos dentro da Frente, esta não é hegemônica no Movimento Negro. Concomitantemente, lideranças negras, muitas delas ligadas ao Movimento Negro Unificado (MNU)⁹ ou à entidades influenciadas por ele, articulam-se na construção do Partido dos Trabalhadores (PT), o que também influenciou os rumos tomados pelo Movimento ao longo dos anos 1980. Para Ruscheinsky (1999), o período de rearticulação partidária dividiu a sociedade civil e os militantes sociais, pois havia distintas posições políticas e ideológicas em jogo e todas elas

9 O MNU foi fundado no ano de 1978, sendo resultante da intencionalidade de diversos militantes negros de constituir "uma organização negra reivindicativa, [...] um movimento social com protagonismo negro e independente da subordinação em que eram colocados pelas organizações de esquerda" (LEITÃO, 2012, p. 82).

disputavam as concepções acerca do papel dos movimentos sociais e dos novos partidos políticos.

As forças sociais e políticas mais progressistas orbitaram, principalmente, entre três possibilidades de alternativa partidária: o PMDB, o PT e o PDT. Nesse sentido, entender o surgimento dos “novos movimentos sociais” passa por acompanhar suas discussões e articulações com a nova estrutura partidária que se consolidava. Esta ênfase sobre a importância de analisar de forma articulada a reestruturação dos movimentos sociais e a reestruturação da política partidária no contexto da redemocratização brasileira se distancia e confronta a forma tradicional de análise sobre os movimentos sociais no Brasil, a qual tende a se concentrar exclusivamente nos processos de organização social. Essa tendência tem sido constante nos estudos sobre o Movimento Negro e demais movimentos sociais do período. Para Cardoso (1987), as interpretações sobre os movimentos sociais na América Latina tenderam a interpretar esses novos movimentos a partir da relação de independência que estes estabelecem (ou deveriam estabelecer) com os atores da política institucional (políticos e partidos). As interrelações dos movimentos sociais com aparelhos partidários formais, a partir das quais se constituem trajetórias de militância múltipla (MISCHE, 2008) e que passam a mediar as relações entre Estado e movimento, tendem a ser, assim, praticamente ignoradas.

A FRENAPRO foi, então, um dos primeiros elos entre militantes do Movimento Negro e estruturas partidárias e estatais. A Frente articulou, durante a campanha eleitoral para o governo estadual de São Paulo de 1982, a mobilização da comunidade negra para realizar um encontro com os candidatos a governador. Para Santos (2001), essa articulação ajudou a vencer um obstáculo muito grande enfrentado pelo Movimento Negro: a ideia, muito presente entre os partidos de oposição à ditadura, de que a questão racial poderia dividir a luta contra o Regime Civil-Militar. A articulação que passou a ser estabelecida entre setores do Movimento Negro e PMDB foi fundamental para a participação da comunidade negra no governo de Franco Montoro, que venceu as eleições em 1982 para governador de São Paulo.

A primeira experiência de participação do Movimento Negro na esfera executiva do Estado e a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra

O aproveitamento das oportunidades políticas depende, em grande medida, do enquadramento interpretativo que os atores sociais fazem das condições político-institucionais que conformam o ambiente no qual atuam¹⁰. Nas eleições estaduais de 1982, uma parte do Movimento Negro apostava na construção de um novo partido, com base social fundamentalmente formada por sujeitos relacionados aos “novos movimentos sociais” – o PT –, enquanto outro grupo aderiu à campanha de candidatos do novo partido que tinha uma ampla base de políticos que já atuavam na oposição do Regime Civil-Militar – o PMDB.

Em São Paulo, duas candidaturas representavam os setores que combateram o Regime Civil-Militar: a de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a de Franco Montoro (PMDB). Com a vitória de Franco Montoro, os setores do Movimento Negro que apoiaram a sua candidatura pressionaram para que fossem criados espaços de efetiva participação do Movimento Negro na gestão estadual.

Ivaír Alves dos Santos¹¹, militante negro chegado de Angola no ano de 1983, primeiro ano de governo de Montoro, relata o processo de criação do primeiro órgão estatal destinado à população negra:

Logo no início do governo havia uma grande insatisfação, por que não havia participação efetiva do negro dentro do governo, muito pouca gente havia conseguido ser nomeada no governo. Mas duas pessoas estavam no palácio: eu, que trabalhava com assuntos políticos, e o Hélio Santos¹², que trabalhava na cerimonial do Montoro. Mas eu pude observar, por exemplo, que as mulheres tinham criado um conselho, o Conselho da Condição

10 É neste sentido que Mcadam, Tarrow e Tilly (2001) propõem substituir o conceito de “estrutura de oportunidades” pelo mecanismo de “atribuição de oportunidades”.

11 Nasceu em São Paulo no ano de 1952. Formou-se em Química pela Universidade Federal de São Carlos. Entre os anos de 1979 e 1983, trabalhou em Angola como consultor da UNESCO para o desenvolvimento do ensino de Ciências. Fundou o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, no ano de 1983, durante a gestão do Governador Franco Montoro (PMDB). Trabalhou como assessor nos governos de Luiza Erundina (PT) na prefeitura de São Paulo (1992) e no Governo Federal durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

12 Nascido em Belo Horizonte, doutor em Administração pela USP. Foi um dos fundadores do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo durante a gestão de Franco Montoro no governo do estado.

Feminina. E a partir dessa experiência, eu sugeri à Secretaria de Assuntos Políticos, ao chefe de gabinete, Carlos Figueiredo: "Por que não criar um conselho do negro?". Ele achou interessante a ideia e me deu sinal verde. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 215).

O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN) é a primeira experiência concreta de institucionalização das demandas da população negra. Sua existência se tornou possível pela presença de negros no governo, o que acabou se tornando uma espécie de modelo para outras organizações do Movimento Negro. Essa experiência relatada por Ivair dos Santos é interessante para pensarmos na mudança ocorrida em menos de uma década no cenário político brasileiro. A vitória de candidatos com plataformas progressistas e com um nível de apoio de lideranças do Movimento Negro criou um novo espaço de disputa política para o Movimento e demandou novas formas de atuação para suas organizações e militantes.

No entanto, o grau de inclusão institucional de ativistas do Movimento Negro, no início dos anos 1980, ainda era pequeno e restrito ao estado de São Paulo. Além disto, a simples presença de negros nos espaços estatais não garantia a efetividade de políticas públicas voltadas para a comunidade negra. Era necessário, ainda, um nível de conflito que se desloca da externalidade do Estado e passa a atuar por dentro da própria estrutura estatal, através do tensionamento institucional. Vejamos mais um relato de Ivair dos Santos para compreender como esse conflito se deu no governo Montoro:

Mas entre a decisão de criar o conselho e ele de fato ser criado, isso compreendeu um processo, por que as pessoas viam a criação de um órgão de governo do negro como um órgão que ia contribuir para o racismo. Naquela época ainda era vigente a lei Afonso Arinos 13. Então, a tarefa toda era convencer os outros que aquele órgão ia fazer política para combater o racismo. E, como vivíamos no Palácio, a gente aprendeu logo uma coisa: que era importante pautar as ações do movimento dentro da agenda governamental, da agenda política do país. Começamos a trabalhar com esse olhar. E aí você pode imaginar: em 1983 era Diretas Já!. A gente começou a utilizar a máquina do governo para incluir a questão negra no movimento das Diretas Já. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 215).

O depoimento de Ivair dos Santos explicita uma questão importante: os embates que o Movimento Negro travava fora do Estado, entre os quais se

13 Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, que incluía como contravenção penal a prática de atos resultantes de preconceitos de raça e cor.

destacava o convencimento de outros setores sociais de que a luta por reparação à população negra e combate à discriminação racial não era uma forma de aprofundar as desigualdades raciais. É interessante notar que a presença de Ivair dos Santos, em um primeiro momento, ocorreu apenas pelo apoio de setores da comunidade e do Movimento Negro à sua candidatura e não por um programa claro para tratar da questão racial. Essa ausência de projeto de governo pró-igualdade racial obrigou que os militantes negros presentes na estrutura estatal, à semelhança daqueles atuando externamente ao Estado, tivessem de disputar os rumos da política, no caso por dentro do próprio governo, tensionando-o.

É importante ressaltar que essa primeira experiência de institucionalização não é resultado de um debate consensual dentro do Movimento Negro. Um conjunto de organizações do Movimento criticava a participação direta no governo e defendia a autonomia em relação ao Estado. O próprio Ivair dos Santos reconhece a polêmica:

Mas o conselho, veja só, não surgiu de uma demanda do movimento negro. Muitos negros tinham o entendimento de que aquilo poderia ser uma FUNAI¹⁴, ou alguma coisa que fosse tutelar os negros. E naquela época havia uma tensão muito grande, pelo seguinte: qualquer participação no Estado era uma cooptação, você estava sendo cooptado e tal. Eu tinha clareza de que era mais uma arena política em que a gente estava trabalhando. Mas isso nos impediu, por exemplo, de ter uma aproximação maior com o movimento, que ficou muito desconfiado com o que ia ser aquilo ali. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 217).

Apesar da desconfiança de alguns setores do Movimento quanto à eficácia dos negros ocuparem aquele espaço, o CPDCN prosseguiu atuando com uma pauta muito semelhante à defendida pelos setores discordantes com aquele espaço. Vejamos:

O Conselho foi o primeiro órgão de governo, depois do regime militar, criado para combater a discriminação racial e fazer políticas públicas. Tínhamos uma pauta bastante concreta. A pauta era o que o movimento negro vinha defendendo: contra o racismo no trabalho, na educação, enfim, nas diferentes áreas. A gente fez como se fosse um trabalho de *desbravar a máquina de estado*. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 217, grifos do autor).

14 Fundação Nacional do Índio.

Como as questões pautadas pelo Conselho são muito próximas às bandeiras defendidas pelo Movimento Negro em geral, outros militantes passaram a participar das instâncias do Conselho. Em 1986, Hédio da Silva Júnior¹⁵, que participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do PT, foi convidado a fazer parte do Conselho. Em depoimento, Hédio Júnior relata sua entrada no governo Montoro:

Eu fiquei trabalhando no sindicato até 1985, 86 e, um pouco antes disso, entrei em contato com o Ivair. Eu não o conhecia pessoalmente, tinha notícias dele por conta dos materiais que ele mandava de Angola, do período em que ele morou lá. Encontrei o Ivair, e ele e o Hélio Santos estavam criando o Conselho da Comunidade Negra em São Paulo e queriam um sindicalista para tocar um trabalho com as centrais sindicais. E me acharam lá; eu tinha um trabalho no sindicato, dava aula para a peãozada, tinha um bom trânsito na CUT do estado todo, enfim, tinha experiência mesmo em militância sindical, além da militância do movimento negro. Então, me propuseram que eu assumisse esse papel no conselho. Fui para São Paulo. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 221).

O papel desempenhado por Hédio Júnior e outros militantes que posteriormente se engajaram no Conselho é ilustrativo de um dos mecanismos que permitem a inserção institucional de ativistas do Movimento: a mediação baseada em vínculos pessoais e políticos previamente constituídos. Até agora, percebemos que houve uma mudança de repertório de ação do Movimento Negro influenciada pela redemocratização do país, que foi identificada por alguns setores do Movimento como uma oportunidade política para ocupação e apropriação de espaços institucionais. A aposta de alguns militantes em disputarem espaços partidários e de governo abre uma nova possibilidade de relações com a política institucionalizada. Militantes que ocupam espaços em partidos que estão no governo apropriam-se, em grau variável, das oportunidades institucionais disponíveis. Partidos e militantes em posições políticas institucionais (os ativistas institucionais) são, portanto, mediadores que permitem não apenas o acesso aos recursos e às oportunidades institucionais, mas também o trânsito de militantes entre o Movimento e o Estado.

A experiência do CPDCN em São Paulo é um caso emblemático para pensarmos a institucionalização do Movimento na década de 1980. Por mais

¹⁵ Nasceu em Minas Gerais no ano de 1961. Integrou o Conselho de Participação da Comunidade Negra em São Paulo e foi presidente da Convenção Nacional do Negro em 1986. É advogado e doutor em Direito Constitucional.

que houvesse divergências no Movimento, o modelo de um espaço institucional que permite a participação de ativistas do Movimento na gestão das políticas públicas para a população negra ganha visibilidade e se nacionaliza.

O próprio Ivair dos Santos reconhece que a experiência de São Paulo foi divulgada para outros estados como forma de influenciar a multiplicação da experiência:

Nós conseguíamos, de alguma forma, ter a sacação de que nós estávamos vivendo um momento tão rico que o negócio era pautar a questão nacional. Nós tínhamos que discutir com o país. Então, nosso jornal deixou de ter uma circulação estadual e passou a ter uma circulação nacional. A gente panfleteava no país todo dizendo que existia um órgão nesse sentido. Muita gente protestava, era contra, mas o Conselho não estava aí para nada disso. Na verdade, nós estávamos abrindo uma nova esfera de intervenção, na estrutura, na máquina do estado. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 228).

O CPDCN de São Paulo é, assim, um marco da institucionalização do Movimento Negro no país e inaugura uma experiência singular de participação de agentes do Movimento na gestão estatal através da formulação e aplicação de políticas públicas voltadas para a população negra. Paralelamente, outros setores do Movimento Negro buscam espaços no Estado através da disputa de cargos eletivos para órgãos legislativos. Discutiremos no próximo tópico o tema da relação entre os partidos políticos e o Movimento Negro, que a análise desenvolvida até aqui já mostrou ser central para a compreensão da reconfiguração do Movimento no período em foco.

Partidos, movimentos e eleições

Como vimos anteriormente, o apoio de setores do Movimento Negro à candidatura do Governador Franco Montoro possibilitou a entrada de militantes negros na estrutura estatal. O PMDB foi um forte elo entre a militância negra e a criação do CPDCN. Assim como o PMDB, o PT e o PDT também tiveram grande participação de militantes negros em seus quadros¹⁶. Observa-se

¹⁶ Apesar de estes partidos contarem com ativistas negros entre seus quadros, é necessário destacar que a forma como cada partido se relaciona com as causas e com as organizações do Movimento Negro é distinta. Tais diferenças produzem configurações particulares de relações partido-movimento, as quais geram oportunidades e restrições específicas às formas como se desenvolve o ativismo negro em cada partido e nos governos destes partidos.

que a efervescência de organizações da sociedade civil, no início dos anos 1980, veio conjugada com a grande quantidade de candidaturas de lideranças originárias de entidades sindicais, populares, de pequenos agricultores, entre outras organizações dos setores subalternos da sociedade brasileira. O Movimento Negro também participou ativamente na construção dos partidos políticos e de candidaturas negras ou de candidatos com forte relação com as questões que tangenciavam a militância negra.

Esse movimento de ingresso em peso das lideranças negras nos partidos políticos é um indício do processo de institucionalização da luta social, que caracterizou não apenas do Movimento Negro, mas a quase totalidade dos movimentos sociais da época. O cenário dos anos 1980, caracterizado por uma ampla participação de setores sociais até então à margem da política institucional, faz emergir o fenômeno da “militância múltipla”: militantes sociais que estão, ao mesmo tempo, engajados na construção e mobilização de organizações sociais e na construção das plataformas político-eleitorais dos partidos que possuem relação com suas causas (MISCHE, 2008).

No caso do PT, a trajetória de ativismo dos entrevistados que compõem o *corpus* desta pesquisa tende a se apresentar de duas formas: de um lado, a maior parte possuía uma experiência prévia de militância em organizações do Movimento Negro, a partir da qual se direciona para a militância partidária; de outro lado, observam-se alguns casos nos quais o ativismo partidário é anterior e é a partir dele que se dá o contato com a causa e as oportunidades de engajamento no Movimento Negro. O caso de Jurema Batista¹⁷, no entanto, é ilustrativo de uma intersecção entre ativismo movimentalista e ativismo partidário que torna difícil abordá-los de forma separada. Sua militância tem início no trabalho de alfabetização em uma comunidade no bairro do Andaraí no Rio de Janeiro. Seu ingresso na militância negra se deu através do PT, conforme o relato de sua trajetória inicial:

Logo depois começou o surgimento do PT, e as pessoas começaram a falar em filiação. Foi tudo junto: a consciência do movimento negro e a consciência partidária. Era

¹⁷ Nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1957. Foi presidente da associação de moradores do Morro do Andaraí (RJ). Participou da Fundação do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras. Foi vereadora na cidade do Rio de Janeiro pelo PT nos anos de 1992-1996, 1996-2000 e 2000-2002. Em 2002, elegeu-se deputada estadual pelo estado do Rio de Janeiro.

muito engraçado, porque lá onde eu morava tinha uma escola de samba que era um bloco carnavalesco na época, e eu gostava de cantar à beça. E é um mundo extremamente machista. Quando a quadra estava cheia, eles chegavam para mim e diziam assim: "Muito obrigado, Jurema! Agora vamos começar o samba". Um dia desses em que eu estava lá cantando o samba, veio um cara do PT que sempre estava comigo e me passou uma cantada, falou assim: "Nós estamos criando um partido dos trabalhadores". Eram só dois partidos: ARENA E MDB. "E a gente está brigando para mudar esse país. A gente precisa criar um partido, mas tem que ser um partido que tenha a cara dos trabalhadores". Eu falei: "Estou nessa!. Mas quem é que está nisso?". Ele falou assim: "Tem o Lula lá em São Paulo". Eu falei: "O Lula, aquele barbudo?". Toda animada, me filiei. Sou uma das primeiras filiações aqui do Rio de Janeiro. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 214, grifos dos autores).

O recrutamento político-partidário de militantes negros teve uma forte influência na maneira como o Movimento passou a atuar na sociedade brasileira naquele período. Como foi dito anteriormente, além do MNU, muitas outras organizações negras surgiram pelo Brasil e muitas delas tiveram suas lideranças transitando entre o trabalho na base social do Movimento e nas esferas de partidos políticos. O depoimento de Flávio Jorge da Silva¹⁸ descreve esse processo.

No início da década de 1980, eu já comecei a me envolver com a organização do PT. E esse pessoal da USP também veio junto. O Milton Barbosa entrou e foi uma pessoa fundamental nesse processo de organização do PT, junto com o Hamilton. E ele criou, dentro do PT, o primeiro núcleo para discutir a questão racial no partido. A gente conseguiu colocar a Lélia Gonzalez no primeiro diretório nacional – ela era uma pessoa muito ativa dentro do PT –, e a gente começou a ter uma organização mais partidária. E esse pessoal todo do Grupo Negro da PUC entrou para o PT. A gente filiou quase todo mundo e começou a fazer parte desse embrião de organização partidária, que na minha vida também teve uma importância muito grande. Eu comecei a ter uma relação mais partidária, porque nunca tinha sido filiado a partido nenhum, não passei pelo MDB, pelo PMDB, nada. Entrei direto no PT. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 215).

O PT passou a ser, então, um importante espaço de aglutinação de setores do Movimento até então muito dispersos e/ou com pouca expressão político-institucional. É possível pensarmos que, nesse momento, o PT

¹⁸ Nasceu em Paraguaçu, São Paulo em 1953. É formado em Ciências Contábeis pela PUC-SP. Foi um dos fundadores do grupo negro da PUC em 1979. Foi o primeiro secretário da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (PT).

chegou a ter um papel tão importante quanto o próprio MNU na configuração do Movimento Negro. Alguns fatores contribuíam para isso, tais como: a novidade de um partido que se construía a partir das bases sociais até então à margem da política; e a sua maior amplitude territorial, já que o PT estava presente nos principais estados e municípios brasileiros. Em algumas regiões do país, o debate dentro do MNU era contrário à participação da militância dentro de partidos políticos, o que contribuiu para que alguns optassem por construir a militância negra apenas dentro do partido, como foi o caso de Edson Carneiro¹⁹.

Eu tinha entrado para o MNU em 1981, mas aí meus vínculos se esmaeceram, porque o MNU de Brasília não aceitava essa ligação com o partido. Então, fiquei na comissão do negro do PT e me entreguei de uma maneira total à militância. Em 1984, eu já estava fazendo o meu mestrado em comunicação na UNB, mas eu nem falava nisso com as pessoas, porque não era como hoje que tem muita gente fazendo mestrado. Imediatamente o que eu organizei? Encontro de estudos. Achava que as pessoas tinham que estudar. Seleccionávamos textos e fazíamos discussão dos textos na Comissão do Negro do PT, que foi crescendo. Começamos a trazer pessoas para fazer palestras dentro da sede do PT. Em uma reunião, fiquei sabendo que São Paulo tinha Comissão do Negro, que tal lugar tinha comissão [...]. Falei: "Mas a gente deveria organizar esses negros do PT nacionalmente". (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 229).

O PT acabava assumindo, assim, muitas tarefas até então exclusivas das entidades do Movimento Negro. Para alguns militantes, como é o caso de Edson Carneiro, a principal atividade da militância negra estava relacionada à construção de espaços dentro do partido para formalizar a questão internamente e fazê-la ganhar importância. Havia um cenário da militância negra nesse período que oscilou, assim, entre os que possuíam uma dupla militância (movimentalista e partidária), aqueles que construía sua trajetória por dentro dos partidos apenas e aqueles que recusavam a alternativa partidária e concentravam seu ativismo nas organizações do Movimento.

No entanto, a relação com os partidos políticos foi sempre marcada por uma tensão na definição dos limites onde termina o Movimento e onde começa o partido político. Ao mesmo tempo em que existia uma desconfiança dos que estavam fora do partido para com aqueles que optaram pela militância

19 Nasceu em Salvador no ano de 1949. É graduado em Letras e Mestre em Comunicação, pela UNB.

partidária, havia, no interior dos partidos políticos, uma grande dificuldade de compreensão da especificidade do Movimento Negro e da contribuição da bandeira pela igualdade racial, principalmente nos partidos de forte influência marxista como o PT naquele momento. Soares (2009), ao estudar a presença da questão racial dentro do PT, demonstra que existia um nível de marginalização da problemática racial dentro do partido. Para a autora, o PT, apesar de acolher o Movimento Negro no interior do partido, tendia a considerar o problema como subalterno às demais lutas do partido relacionadas à questão de classe²⁰. Ivanir dos Santos²¹ relata esse processo interno ao partido:

Sempre fiz política partidária a partir de uma perspectiva do movimento negro. Nunca fiz política no movimento a partir do PT. Tem diferença. Não é à toa que eu tenho companheiros que me apoiam justamente por que tenho essa visão [...]. Mas estou dizendo pra vocês que a gente é de um movimento social que não é um movimento tradicional. Quais são os movimentos tradicionais, na lógica partidária? O movimento estudantil e o movimento sindical. A maioria dos quadros partidários vem desse movimento ou daquele. Aqui está a intelectualidade e aqui está o operário, a vanguarda, mas estão também os setores médios que se organizam em sindicatos. Normalmente a massa não participa desse tipo de movimento. Movimento de favelas, movimento negro, movimento de crianças e adolescentes são movimentos olhados de forma secundária dentro do partido. Não são valorizados dentro da disputa partidária. Porque tradicionalmente não são setores que, segundo eles, enfrentam o capital. Essa é a noção dos partidos de esquerda, que acham que esses segmentos dividem a luta de classe. Como o movimento negro, até bem pouco tempo, dividia. Eles nunca compreenderam que o movimento negro é um dos movimentos mais revolucionários que esse país pode produzir. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 235).

20 *As discussões em torno da definição de qual é a causa "geral/universal" e qual(is) é(são) a(s) causa(s) "específica(s)/particular(es)" sempre foi um objeto das/nas disputas nos movimentos sociais e nos partidos políticos. Tal questão é particularmente importante no caso do campo político socialista-comunista, que herdou do marxismo a perspectiva da existência de um conflito social central estruturado em torno da contradição e da luta de classes. Tal perspectiva historicamente se constituiu em fonte de tensão pela defesa da prioridade da classe sobre outros referentes identitários a partir dos quais se estruturam e se mobilizam os conflitos sociais (tais como gênero, sexualidade, raça-etnia, estilos de vida etc.). Se, em grande medida, a substituição da luta de classes pelos movimentos sociais como objeto de análise representou uma ruptura teórica com o pressuposto do conflito central, Scott (1990, p. 80) identifica que parte significativa da literatura de movimentos sociais inspirada pelo marxismo ainda "[...] se mantém essencialmente Marcuseriana em sua inspiração, isto é, se constitui em uma busca por algum substituto para a classe trabalhadora, por um novo foco de oposição à sociedade em sua totalidade".*

21 *Nasceu em 1955, no Rio de Janeiro. Trabalhou como operário e, mais tarde, como educador, formando-se em pedagogia pela antiga Faculdade Notre Dame.*

O depoimento de Ivanir demonstra que, para um setor do Movimento Negro, institucionalizar-se em partidos políticos demandava a disputa interna pela valorização da questão racial. Por outro lado, estar no partido possibilitava construir alternativas no parlamento ou em órgãos executivos através da disputa, como coloca Araújo (2004, p. 61):

Os negros, nos primórdios da fundação do Partido dos Trabalhadores, se organizavam, no seu interior, como movimento social encarregado de contribuir com o partido das formulações de políticas de combate à discriminação. Com o tempo, foram sendo criados núcleos, coordenadorias, comissões e secretarias com o objetivo de aglutinarem internamente os negros, para refletir sobre questões específicas e, conseqüentemente, transmiti-las ao núcleo de poder do partido.

Essa foi a aposta dos setores que ingressaram no PT: influenciar nas decisões e nos rumos do partido nas questões relacionadas à discriminação racial.

A década de 1980 foi marcada, assim, por um processo de institucionalização do Movimento, seja através da experiência no executivo (abordada na seção anterior) seja através da forte intersecção do Movimento com os partidos políticos. Na próxima seção, mostraremos que o acesso institucional, no entanto, não implicou a total institucionalização dos repertórios de ação do Movimento Negro, analisando a mobilização do Movimento para confrontar a comemoração do Centenário da Abolição da Escravidão, no ano de 1988.

Confronto e institucionalidade: as movimentações em torno do centenário da abolição

“Nós vamos até aonde o racismo deixar”²²

Nas seções anteriores, abordamos o processo de institucionalização do Movimento Negro nas esferas partidárias e do executivo. Trabalharemos, nesta seção, com uma das hipóteses apontadas anteriormente, segundo a qual a

22 Palavra de ordem pronunciada durante a Marcha contra a Farsa da Abolição, na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1988. Naquele dia, o exército do Rio de Janeiro armou um forte esquema de segurança para controlar a Marcha. Imagens da mobilização podem ser vistas em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gbbm0MeNxk4>>.

institucionalização foi utilizada como potencializador das atividades do Movimento, não excluindo o conflito e a mobilização por fora e contra o Estado.

As mobilizações em torno do centenário da abolição, no ano de 1988, são eventos importantes para pensarmos a relação entre o Movimento Negro e a política institucional. Naquele ano, setores governamentais e da sociedade preparavam um conjunto de comemorações relativas ao centenário da abolição da escravidão. Havia uma grande mobilização nos veículos de comunicação para lembrar e comemorar a data. Dentro das entidades do Movimento Negro, no entanto, o debate era outro: o centenário deveria ser palco de uma grande denúncia do Movimento à discriminação e à desigualdade raciais, que não haviam terminado com o fim da escravidão.

Antes mesmo de 1988, o Movimento já criticava o 13 de maio, data em que foi promulgada a abolição no ano de 1888, e reivindicava o dia 20 de novembro, data da morte do líder negro que liderou o quilombo de Palmares, Zumbi, como Dia da Consciência Negra. Para impedir que fosse armado um grande evento nacional que encobrisse a condição real em que vivia o negro na sociedade, entidades do Movimento Negro resolveram organizar atos de denúncia em todo o país para contrapor ao que chamavam “a farsa da abolição”.

Foram organizadas grandes marchas pelo país, com destaque para as marchas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, que reuniram milhares de manifestantes. Sueli Carneiro²³, militante negra, em seu relato, ilustra o contexto em que ocorreram os protestos:

Eu acho que em 1988 o movimento negro brasileiro deu a resposta adequada ao Estado brasileiro, às tentativas de manipular o sentido do centenário da abolição. Aquilo que a gente havia definido anos atrás como uma data de denúncia, acho que a gente fez isso cabalmente no contexto do centenário. Tanto que, no Rio, a repressão que foi feita em torno da Marcha contra a Farsa da Abolição é a medida de quanto a gente conseguiu confrontar aquela tentativa de mistificação das condições em que se deu a abolição. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 252).

O caráter massivo das ações demonstra que o Movimento mantinha o confronto e a ação direta como um repertório importante em suas ações.

²³ Nasceu em São Paulo no ano de 1950. É formada em Filosofia na USP. Foi uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres negras em São Paulo e conselheira e secretária geral do Conselho estadual da Condição Feminina do estado de São Paulo. É sócio-fundadora do Gelédes Instituto da Mulher Negra. É doutora em Filosofia da Educação pela USP.

É interessante notar que espaços institucionais do Estado, principalmente em São Paulo, foram fundamentais para a articulação dos atos. Sueli Carneiro, por exemplo, em 1987 havia sido convidada para coordenar o Programa da Mulher Negra no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, um órgão ligado ao Ministério da Justiça. Uma de suas atribuições na coordenação do Programa era organizar o posicionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher perante o centenário da abolição. Sua presença no Programa Mulher Negra foi importante para mobilizar setores do Movimento Negro por todo o país.

Em São Paulo, antes de ir para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Sueli Carneiro fazia parte do Conselho Estadual da Condição Feminina²⁴. Ao transferir-se para o Ministério da Justiça, Sueli Carneiro deixou como sua substituta, no Conselho de São Paulo, a também militante negra Edna Roland²⁵. A presença de Edna no Conselho foi fundamental para realização do ato contra as comemorações da abolição na cidade de São Paulo. Segundo o relato de Edna:

Era o ano do centenário da abolição, o Brasil inteiro estava em ebulição, inúmeras organizações negras surgiram e foram criadas ao longo de 1988, mil mobilizações, mil coisas. E nós utilizávamos, é verdade, toda a base material do Conselho da Condição Feminina para mobilizar o movimento, especialmente mulheres negras, em nível nacional. Tinha dia em que todas as linhas de telefone do Conselho estavam ocupadas por nós. Nós tínhamos que fazer isso, era uma oportunidade única que estava se apresentando [...]. Então, estávamos mobilizando as mulheres negras do Oiapoque ao Chuí. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 256).

Edna Roland não estava apenas em um espaço político institucionalizado. Ela ocupava o espaço institucional por meio de uma dupla condição, de militante e de gestora de um Conselho. Estar no Conselho naquele momento significou a potencialização do trabalho militante pela utilização da estrutura

24 O Conselho Estadual da Condição Feminina foi criado no primeiro ano da gestão de Franco Montoro, no ano de 1983. Conforme já salientado, a experiência da criação do conselho foi referência para a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo.

25 Nasceu em Maceió no ano de 1951. Participou da fundação do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, foi membro do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e fundadora do Gelédes Instituto da Mulher Negra. Foi relatora geral da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, na África do Sul, no ano de 2001. É coordenadora de combate ao racismo e a discriminação racial para a América Latina e Caribe, da Unesco do Brasil.

do Conselho, expressando claramente aquilo que se denominou de tensionamento institucional a partir da ação de ativistas institucionais.

É importante ressaltar que mesmo a instrumentalização material da estrutura do Estado não está isenta do confronto político. Somente foi possível realizar esse tipo de apropriação institucional porque, pelo menos um ano antes, havia um debate político travado no Conselho Estadual da Condição Feminina de pautar a temática racial internamente, o que era um trabalho político desempenhado por Sueli Carneiro.

Paralelamente, o Movimento realizava um intenso trabalho nas bases para articular os protestos. Amauri Pereira²⁶ descreve a mobilização que ocorreu no Rio de Janeiro para viabilizar os protestos no dia 13 de maio de 1988:

As plenárias de organização (referindo-se a marcha) têm que ser no interior, têm que ser na baixada, têm que ser no subúrbio. Aí inventamos o negócio de comitês do movimento negro, que tinham que ser criados onde tivesse negro militante. Tem negro com consciência negra? Ali se cria um comitê [...]. Enfim, foi criado um estado tal de mobilização que todo mundo sabia que a gente ia fazer uma coisa muito grande. Aí a repressão veio. Duas ou três vezes foi alguém lá em casa me intimidar. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 261).

A intensa mobilização chamou atenção da sociedade. Mas foi uma entrevista de Frei David²⁷ para um jornal do Rio de Janeiro que despertou a preocupação dos militares. Na entrevista, o frei fez um comentário pessoal sobre a imagem do maior símbolo do Exército Brasileiro, o Marechal Duque de Caxias, comentando que Caxias teria sido conivente com a repressão aos escravos e que, por isso, sua imagem deveria ser substituída pela imagem do herói negro Zumbi dos Palmares. A entrevista de Frei David e a forte mobilização que estava sendo feita pelo Movimento Negro levou o Exército a destacar um grande contingente de soldados para a frente do Comando Militar Leste, onde estava a imagem de Duque de Caxias.

26 Nasceu no Rio de Janeiro em 1951. É formado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1974, foi fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA). Participou, em 1978, da fundação do MNU e integrou a direção do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN).

27 Nasceu em Minas Gerais no ano de 1952. Participou da formação dos Agentes Pastorais Negros e do Grupo de união da Consciência Negra, fundados em 1980. Participou da criação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) no início da década de 1990. No final dos anos 1990, fundou a ONG Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes).

Mesmo sabendo da possibilidade de repressão, a marcha foi convocada na cidade do Rio de Janeiro para o dia 11 de maio de 1988. No roteiro da marcha, estava a passagem pelo busto de Duque de Caxias. Para evitar maiores confrontos, o então Secretário de Segurança do Rio de Janeiro convocou lideranças do Movimento. Ivanir dos Santos relata esse momento da marcha:

Eu lembro muito bem da reunião tensa com o Saboya (Secretário de Segurança), quando ele ligou para a gente e disse: “Vocês sabem, o Zumbi é muito importante para vocês”. Nós marcamos uma reunião com ele, justamente num prédio ali na Presidente Vargas. Entramos na portaria quando o exército estava cercando. Eu lembro que eu vinha no meu carro para ir para o IPCN – tinha uma reunião do comando da marcha –, e a cidade já estava sitiada. Já tinha aquela informação de que o exército estava tirando faixas do nosso pessoal. Aí fizemos uma reunião tensa, todo mundo muito preocupado, mas aguerrido politicamente. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 265).

Mesmo com a pressão e a repressão do Exército, o protesto aconteceu, reunindo milhares de pessoas pelas ruas do Rio de Janeiro. Em outras capitais, como São Paulo e Brasília, também aconteceram protestos no dia 11 de maio de 1988, o que trouxe novamente para o centro do debate político nacional a questão racial. Para Ivanir dos Santos, as marchas que ocorreram pelo Brasil em 1988 impediram que fossem realizadas festas em comemoração ao centenário da abolição, marcando a data como um dia de protesto da comunidade negra.

O centenário da abolição foi um evento ilustrativo da complexa relação entre institucionalidade e mobilização. No Rio de Janeiro, os protestos foram marcados por uma forte mobilização do Movimento Negro em suas bases. Já em São Paulo, a estrutura do Conselho da Condição Feminina foi importante para realização dos protestos. O evento relatado nos permite perceber a possibilidade da coexistência (e até mesmo a interdependência) entre repertórios de ação política institucionalizados e não institucionalizados. Apresentaremos, no próximo tópico, outro processo importante ocorrido nos anos 1980 e que mobiliza o Movimento Negro em torno da institucionalidade como forma de avançar na conquista de alguns direitos.

A mobilização do Movimento Negro em torno da Constituinte

Entre os anos de 1986 e 1988, o Movimento Negro esteve mobilizado em torno dos debates da Assembleia Nacional Constituinte. As articulações do Movimento para eleger deputados da Assembleia e pressionar os demais candidatos possibilitaram que algumas questões importantes relacionadas à questão racial estivessem presentes na Constituição aprovada em 1988.

No ano de 1986, entidades do Movimento Negro convocam um congresso Pré-Constituinte, em Brasília, para que o Movimento tratasse das diretrizes que pautariam as disputas na Constituinte. Cabe ressaltar que diversos outros setores e movimentos sociais também se organizaram para a inclusão de emendas populares e para pressionar os deputados eleitos. O Movimento Negro seguiu essa tendência e buscou organizar-se para angariar apoio à sua causa.

Nesse contexto, novamente a institucionalidade e as redes consolidadas nos anos anteriores foram importantes para que o Movimento tivesse êxito em suas ações. Hédio Silva Júnior comenta sobre esse processo:

Por conta das eleições para a constituinte e do processo de vários segmentos que estavam se preparando para influenciar na feitura da constituição, nós organizamos em Brasília, em 1986, o encontro Nacional "O negro e a constituição", do qual fui coordenador. Na verdade, alguns militantes, alguns protagonistas foram mais importantes. O Hédio Santos teve um papel especialmente importante, porque naquele mesmo ano o Montoro o havia indicado para compor aquela comissão dos notáveis, a Comissão Arinos, que o Sarney nomeou para elaborar um projeto de Constituição. Então, o Hédio se empenhou para chamar a atenção da militância para a importância de ter uma participação mais organizada. Mas em vários estados havia pessoas que estavam preocupadas: o Abdias havia sido candidato no Rio de Janeiro com uma campanha explicitamente direcionada para a luta contra o racismo; o Caó, que também foi candidato – na verdade, teve um desempenho melhor que o Abdias; a própria Benedita, que na época era vereadora. Mas, enfim, algumas figuras foram mais importantes para chamar a atenção da militância, para falar da importância de uma participação organizada no processo da constituinte. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 250).

O relato de Hédio Silva Junior demonstra que as redes constituídas anteriormente por militantes negros no governo de Franco Montoro possibilitaram a indicação de Hédio Santos para o grupo que iria redigir a primeira versão da Constituição Federal. A presença de negros na Assembleia Constituinte garantiu que alguns dos debates realizados no Congresso Pré-Constituinte

do Movimento Negro entrassem para a versão final da Constituição Federal. Para Zélia Amador²⁸, o Congresso Pré-Constituinte: “Foi muito interessante, porque foi naquele congresso que surgiram as propostas do racismo como crime e também das terras de quilombos, que acabou se tornando o Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição” (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 248-249). O tema da demarcação das terras de quilombo foi resultado das discussões dos grupos do Nordeste do país. Nessa região, foram realizados encontros nas zonas rurais para permitir a participação das próprias comunidades quilombolas, como coloca Magno Cruz²⁹:

Em 1986, nós fizemos o primeiro encontro de negros da zona rural. Esse encontro vai se dar num momento em que o país todo discutia a questão da constituinte para a Constituição de 1988. E nós achávamos que não era interessante que somente nós, aqui na capital, na cidade, discutíssemos quais eram as nossas reivindicações para a constituição, e não ouvíssemos o segmento majoritário, que era o negro do interior, o negro da Zona Rural. Por isso, resolvemos realizar esse primeiro encontro, que tinha como tema: “O negro e a constituinte”. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 247).

O relato de Magno Cruz mostra que havia, paralelamente às negociações e ações políticas institucionais, um processo de mobilização do Movimento por todo o país. No congresso Pré-Constituinte estiveram presentes mais de 400 delegados vindos das mais diversas regiões do país e, em sua grande maioria, representando debates realizados nos estados junto à comunidade negra.

Em termos institucionais, além de Abdias do Nascimento, candidato a deputado constituinte pelo PDT e diretamente comprometido com as demandas do Movimento Negro, outro candidato negro, esse mais orgânico às organizações do Movimento e integrante do PT, lançou sua candidatura: Milton Barbosa³⁰, também conhecido dentro do Movimento Negro como Miltão. Miltão foi o presidente de honra do congresso Pré-Constituinte.

28 Nasceu em Paraguaçu, São Paulo em 1953. É formado em Ciências Contábeis pela PUC-SP. Foi um dos fundadores do grupo negro da PUC em 1979. Foi o primeiro secretário da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (PT).

29 Nasceu em São Luiz do Maranhão no ano de 1951. É formado em Engenharia pela Universidade Estadual do Maranhão. Foi presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN). Foi diretor de Formação do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão, sindicato filiado a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

30 Nasceu em Ribeirão Preto no ano de 1948. Cursou Economia na USP. Fundador do MNU. Em 1982, fez parte do diretório Regional do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo. Foi fundador da primeira comissão de negros do PT em São Paulo.

Eu fui o presidente de honra, por que quem presidiu a mesa foi o Hédio Silva Júnior. Como eu era candidato a deputado federal pelo PT de São Paulo, o pessoal articulou para dar uma força política e, então, me colocou como presidente de honra. Eu tive poucos votos, cinco mil. Foi minha segunda candidatura, mas o movimento negro não tinha estrutura nenhuma e foi uma das primeiras disputas que o Movimento Negro Unificado participou. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 251).

Apesar de o candidato com maiores vínculos com as organizações do Movimento Negro não ter sido eleito, a mobilização do Movimento e as articulações com os partidos políticos que tiveram assento na Assembleia Constituinte Nacional foram de suma importância para que a Constituição tratasse de temas importantes relacionados à questão racial. O principal deles é apresentado no Art. 5º da Constituição Federal, que diz respeito ao tratamento do racismo como crime no país: “[...] XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (BRASIL, 2010).

Esse artigo é o que influenciou a criação, a partir dos anos 1990, dos serviços de SOS Racismo, que prestam suporte às pessoas vítimas de preconceito e discriminação racial.

Outro artigo importante que gerou uma nova frente de atuação do Movimento Negro pós-constituição é o que trata da atribuição de propriedade definitiva as comunidades remanescentes de quilombos: “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2010).

No ano de 1988 também foi criada, em nível federal, a Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. A Fundação teve como seu primeiro presidente Carlos Alves Moura, que, entre os anos de 1985 a 1989, foi assessor para assuntos da Cultura Afro-Brasileira do Ministério da Cultura. Entre as principais atribuições da Fundação Cultural Palmares, está a preservação da história e da cultura material e imaterial da população negra no Brasil. A Fundação Palmares passou a ser o primeiro órgão federal especificamente constituído para tratar de assuntos da comunidade negra e, nos anos que seguem a sua fundação, tornou-se um órgão de importante interlocução entre o Estado e o Movimento Negro.

O depoimento do militante negro gaúcho Oliveira Silveira³¹, reproduzido a seguir, sintetiza o período até aqui estudado através da perspectiva de quem esteve diretamente engajado no processo:

Numa tentativa de periodização do movimento negro, costumo dizer que, em 1971, começa o que nós chamaríamos de período contemporâneo das lutas negras no Brasil. Se fosse fazer uma periodização da história toda, teria o período, vamos dizer, heróico, que é o período do escravismo; depois, o pós-escravismo, que viria até 1971 mesmo. Tem subdivisões no meio, mas 1971 eu acho que é um marco, justamente pelo 20 de novembro [...]. Agora, a partir de 1971 tem aquela virada. Então se faz esse deslocamento do 13 de maio para o 20 de novembro. O 20 de novembro tem um poder aglutinador [...]. E depois, em 1978, surge o MNU e o Feconezu³², em São Paulo, e já outros fatos além dos aludidos. Agora, aí tem três divisões: de 1971 a 1978, que eu chamo de "a virada histórica"; de 1978 a 1988, que é uma fase de organização do movimento, em que surgem novas entidades, tem os protestos, as denúncias [...]. Nessa fase, surge uma divisão também entre a corrente partidária, a corrente confessional cristã e o movimento propriamente dito, que segue aquele fluxo histórico e não dependente nem de partidos nem de confissão religiosa cristã e se identifica, em termos religiosos, com a religiosidade negro-africana. Ao mesmo tempo, há o trabalho, por exemplo, da Constituinte, que vai resultar na inclusão do negro no texto constitucional, que é uma obra do movimento, que sensibilizou os partidos ou se valeu do oportunismo dos partidos. A Constituição é também um marco, porque nós passamos a viver um novo período, uma fase de conquista, de obtenção de retornos. Algumas conquistas nós já tínhamos feito: tínhamos começado a ter espaços nos poderes públicos, conselhos, assessorias, Memorial Zumbi [...]. Surge a Fundação Palmares, no plano nacional, e começa esse trabalho de reconhecimento, regularização, titulação das propriedades, da territorialidade negra, das comunidades quilombolas. Então, já é uma coisa mais concreta, mais palpável, que a gente gostaria de ter. Finalmente, no último período, de 1988 para cá, temos que considerar, por exemplo, o trabalho na área educacional, em que nós temos que considerar, por exemplo, o trabalho na área educacional, em que nós temos um avanço muito grande, a produção escrita, a formação de mestres e doutores negros, a participação nos NEABS³³, nas universidades, que é muito importante. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 270).

31 Nasceu em Rosário do Sul, Rio Grande do Sul, no ano de 1941. Foi poeta e escritor. É formado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi fundador do Grupo Palmares em 1971. É conhecido nacionalmente como proponente do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra. Foi também fundador do grupo Razão Negra e da revista *Tiçõ*. Nos anos 2000, foi conselheiro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR), vinculado à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal.

32 O Festival Comunitário Negro Zumbi (Feconezu) foi um conjunto de eventos político-culturais promovido por organizações e ativistas do Movimento Negro, que teve sua primeira edição no ano de 1978 em Araraquara/SP.

33 Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, grupos de pesquisa que passaram a integrar muitas universidades a partir dos anos 2000.

Este depoimento aborda a trajetória analisada neste artigo e avança para os anos pós-1988, momento em que se intensificam as relações entre o Movimento Negro e o Estado, particularmente após a eleição do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, à presidência da República, em 2003. Neste contexto, estabelecem-se novas configurações nas relações entre o Movimento Negro, os partidos políticos e o Estado, as quais demandam uma análise específica que foge aos objetivos deste artigo.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos a relação entre o Movimento Negro e o contexto político-institucional dos anos 1980. Demonstramos que houve uma profunda mudança no cenário político brasileiro, marcado principalmente pela abertura política do país e pela reestruturação partidária. A redemocratização política possibilitou, ainda no início dos anos 1980, dois processos interdependentes: uma intensa organização e mobilização de segmentos sociais subalternos e a reestruturação do sistema partidário. Um elemento resultante destes processos foi uma forte intersecção entre ativistas e organizações do Movimento Negro e alguns partidos políticos surgidos com a reforma partidária, especialmente o PMDB, o PT e o PDT. A inserção de militantes negros nestes partidos diversificaram os repertórios de ação do Movimento e as oportunidades políticas de atuação, com destaque para o ativismo institucional.

A articulação com o PMDB resultou, a partir da relação de militantes negros no governo de Franco Montoro, no estado de São Paulo, na criação do primeiro órgão de Estado para tratar especificamente da população negra: o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. A criação do Conselho permitiu a experiência de construção de políticas voltadas para a população negra, além de servir como suporte na atuação do Movimento, principalmente durante as mobilizações em torno do centenário da abolição.

Já a inserção no PT possibilitou ao Movimento Negro um maior nível de politização e institucionalização, tendo em vista que participar do partido permitiu a eleição de vereadores em cidades importantes, como o Rio de Janeiro, além da ampliação de rede de relações dos militantes negros filiados ao partido.

Vimos também que a institucionalização do Movimento não significou o abandono de repertórios tradicionalmente identificados com os movimentos sociais, como protestos e marchas. Ao contrário, ao longo da década de 1980, o Movimento articulou ações contestatórias às ações de disputa institucional, seja por dentro dos partidos políticos, seja na disputa eleitoral e dos rumos das políticas públicas em órgãos de Estado em que participavam, isto é, ao contrário de uma mera cooptação ou enquadramento aos limites estabelecidos pela inserção no Estado, os ativistas e as organizações do Movimento geraram um constante tensionamento institucional que viabilizasse avanços no sentido da obtenção de suas demandas.

Por fim, a inserção dos ativistas em espaços sociais diversos, tais como organizações de movimentos sociais, partidos políticos e Estado, constituiu redes políticas e pessoais que foram fundamentais para oportunizar e sustentar a apropriação das oportunidades da política institucional e o trânsito institucional dos militantes negros. Estas redes são, assim, uma das bases centrais do processo de “infiltração do Estado” (FALLETI, 2010) e do ativismo institucional como repertório de ação política do Movimento.

A argumentação desenvolvida ao longo deste artigo demonstra, então, a necessidade de avançarmos na construção de modelos analíticos mais complexos, nos quais cooperação e conflito e/ou ação institucional e extrainstitucional não se coloquem necessariamente como alternativas excludentes, mas sim se articulem de forma variável e dinâmica a partir das relações mutáveis entre as oportunidades/constrangimentos político-institucionais e a agência de ativistas, organizações e redes de movimentos sociais. A compreensão destas relações e de suas implicações é fundamental para a construção de interpretações mais qualificadas tanto dos processos de construção e desenvolvimento de movimentos sociais (como o Movimento Negro aqui abordado) quanto dos resultados e efeitos sociais e políticos produzidos por estes movimentos.

Referências

ABERS, R. N., TATAGIBA, L. Ativismo institucional na burocracia brasileira: a mobilização em defesa da saúde da mulher. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. **Anais...** São Paulo: Anpocs, 2014. p. 1-32.

_____.; BULOW, M. V. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, dez. 2011.

BANASZAK, L. A. Inside and outside the state: movement insider status, tactics, and public policy achievements. In: MEYER, D. S. (Ed.). **Routing the Opposition: Social Movements, Public Policy, and Democracy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

ARAÚJO, A. F. **Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores**. 2004. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2010.

CARDOSO, R. C. L. Movimentos Sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 3, p. 27-37, fev. 1987.

CAYRES, Domitila Costa. **Ativismo Institucional no coração da Secretaria Geral da Presidência da República: A Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014)**. 2015. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CULTNE ACERVO. **CULTNE DOC – Marcha de 88 – Reflexão 125 anos**. 1988. 1 post. (14 min 59 s.). Postado em: 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gbbm0MeNxxk4>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

DOWBOR, Monika Weronika. **A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006)**. 2012. 288 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo 2012.

FALLETI, T. G. Infiltrando o estado: a evolução da reforma da saúde no Brasil – 1964-1988. **Estudos Sociológicos**, Araraquara, v. 15, p. 345-368, 2010.

GOLDSTONE, J. A. Introduction: bridging institutionalized and noninstitutionalized politics. In: _____. (Org.). **States, parties and social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 1-24.

LEITÃO, L. R. dos S. **Oportunidades Políticas e Repertórios de Ação: o Movimento Negro e a luta de combate à discriminação racial no Brasil**. 2012. 152 f. Tese (Doutorado em

Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MISCHE, A. **Partisan Publics**: communication and contention across Brazilian youth activist networks. Princeton: Princeton University Press, 2008.

PETTINICCHIO, D. Institutional Activism: Reconsidering the Insider/Outsider Dichotomy. **Sociology Compass**, v. 6, n. 6, p. 499-510, 2012.

RUSCHEINSKY, A. **Atores políticos e lutas sociais**: Movimentos sociais e partidos políticos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTORO, W. A.; MCGUIRE, G. M. Social Movement Insiders: The Impact of Institutional Activists on Affirmative Action and Comparable Worth Policies. **Social Problems**, v. 44, n. 4, p. 503-519, nov. 1997.

SANTOS, I. A. A. do. **O movimento negro e o Estado**: o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da comunidade negra no Governo de São Paulo (1983-1987). 2001. 227 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SCOTT, A. **Ideology and the new social movements**. London: Unwin Hyman, 1990.

TARROW, S. Transnational politics: contention and institutions in international politics. **Annual Review of Political Science**, v. 4, p. 1-20, 2001.

_____. **Poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

UBIALI, M. P. **Ideologia e política**: a relação entre Estado e movimento social negro. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

Institutionalization and contest: the struggles of the Black Movement in Brazil (1970-1990)

Abstract

Based on the analysis of the trajectory of Brazil's Black Movement in the decade of 1980, the present article addresses how organizations and activists that form the Movement have interpreted and appropriated of distinct political opportunities available in different political-institutional contexts. It is argued that based on their capabilities, objectives and strategies, the actors of the Black Movement network have used diverse repertoires of action in search of transformation of the deep racial inequalities in the country. Focusing elements such as the tensioning and institutional activism, it is sustained that the identified institutionalization of the organization and activists from the Movement in the research period did not necessarily mean abandonment of forms of extra-institutional confrontation. Instead, the research done shows complex relations established between institutionalization and contestation in the trajectory of the Black Movement that confront the traditional contraposition of this two processes in the literature of social movements.

Keywords: Black movement. Social movements. Institutionalization. Institutional activism.

Recebido em: 20.06.2017

Aprovado em: 10.09.2017